



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0000965-17.2009.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais**
 Requerente: **Sociedade Civil dos Amigos do Residencial I Parque Faber**
 Requerido: **Bernadete de Lourdes S Zambom e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afirmando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de embargos à execução fundamentada nas alegações de que a penhora verificada recaiu sobre bem de terceira pessoa e de incorreção do valor exequendo (fls. 169/171).

Quanto a essa, não assiste razão aos embargantes.

Com efeito, a r. sentença de fls. 55/61 julgou procedente a ação para condenar os embargantes ao pagamento da quantia de R\$ 1.674,74, sendo tal decisório confirmado em grau de recurso (fls. 94/95).

Por outro lado, o demonstrativo de fl. 14 demonstra que aquele montante já embutia a multa de 2%, de sorte que não se cogita de qualquer vício na inclusão da mesma multa nas parcelas vencidas no curso do feito.

Já no que se refere à cobrança em duplicidade da referência 12/08, o embargado esclareceu a fl. 185 que houve efetivamente erro material de digitação no processo trazido à colação como paradigma, comprovando a assertiva a fl. 192.

A propósito desses assuntos, portanto não se acolhe a irresignação dos embargantes, subsistindo hígido o valor que lhes foi cobrado.

Quanto ao vício da constrição ocorrida nos autos, o documento de fl. 173 indica que o automóvel penhorado é de propriedade da filha dos embargantes.

Isso não foi refutado pelo embargado, o qual salientou que essa pessoa igualmente se vale dos serviços prestados no condomínio e acenou com possível fraude à execução (fl. 185, primeiro parágrafo).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Não obstante, remanesce sem controvérsia o fato da penhora ter alcançado bem de quem não figura como parte na relação processual, impondo-se bem por isso o reconhecimento de sua irregularidade.

A circunstância de proprietária usufruir do condomínio não assume maior importância, porquanto ela ainda assim não é quem figura como devedora do valor em apreço, inexistindo dado concreto que faça presumir a transferência do veículo em fraude à execução.

Impõe-se, em consequência, o acolhimento dos embargos apenas para afastar a constrição aludida.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTES EM PARTE** os embargos para excluir da penhora efetivada nos autos da execução em apreço o bem sobre o qual recaiu, dando-a por levantada.

Prossiga-se oportunamente na execução.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 18 de novembro de 2013.

<p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p>
--